REFORMA >> Contrato é analisado juridicamente; obras visam adequação do prédio ao número de parlamentares

Pagamentos são suspensos

SISSY CAMBUIM Da Redação

Presidente da Câmara de Cuiabá, o vereador João Emanuel Moreira Lima (PSD) determinou a suspensão de todos os pagamentos relativos à reforma da Casa, contratada na gestão de seu antecessor, o vereador Júlio Pinheiro (PTB)

Ainda estão em andamento as obras para a adaptação de dois gabinetes que serão destinados a eventuais suplentes que venham assumir uma cadeira. O objetivo da reforma, determinada desde outubro do ano passado, foi adequar o prédio para o aumento de vereadores nesta legislatura.

As obras de adequação do prédio foram orçadas em aproximadamente R\$ 115 mil incluíram a adequação de 8 gabinetes. Como o prédio abrigava a Assembleia Legislativa, não houve necessidade de grandes intervenções.

Ao assinar o contrato, Pinheiro garantiu que ter ganhado a pintura da fachada do Legislativo Municipal.

Segundo João Emanuel, o contrato está sob estudo jurídico para ver como esse acordo foi celebrado e se realmente há garantias da pintura. Um relatório deve ser apresentado hoje para verificar o contratado e o serviço prestado e o que está sendo desenvolvido para que, a partir daí, os pagamentos possam ser liberados.

Para os 25 vereadores que vão

atuar nesta legislatura, os gabinetes já foram sorteados. Os reeleitos permanecem com suas salas e alguns novatos se surpreenderam com a estrutura que encontraram.

De modo geral, os gabinetes são equipados pelos vereadores, que podem se utilizar da verba indenizatória ou recursos próprios para a aquisição de materiais.

A estrutura adquirida com verba indenizatória é incorporada ao patrimônio da Câmara e deve permanecer na casa com a saída do parlamentar, mas muitos acabam aproveitando o material, inclusive computadores, e mobiliário utilizado na campanha eleitoral,

portanto, oriundos de recursos próprios.

Desta forma, alguns vereadores depararam-se com salas absolutamente vazias.

Na gestão do ex-vereador Deucimar Silva (PP), encerrada em 2010, foram adquiridos mobiliário para os 19 gabinetes existentes à época. Estas salas também contam, cada uma, com dois aparelhos de ar-condicionado. Já os computadores comprados pela Câmara, há mais de 10 anos, estão defasados.

Assim, a situação mais complicada é para os seis parlamentares que ficaram com as salas recém-criadas. Contudo, no próprio gabinete da presidência, foram en-

> contrados armários quebrados e nenhum computador.

A fim de garantir as condições mínimas de trabalho aos parlamentares para o início da legislatura, o presidente baixou uma portaria solicitando que cada vereador apresente até a próxima quarta-feira (9) um relatório apontando as necessidades estruturais básicas.

De acordo com ele, o conselho de líderes da Câmara avaliará quais as ações primordiais a serem adotadas, mas João Emanuel garante que antes do início da primeira sessão da Câmara, marcada para 5 de fevereiro, todos os vereadores terão plenas condições de trabalho.

Segundo o parlamentar, todos os gabinetes serão dotados de arcondicionado e equipamento de trabalho. Mas para isso, pode enfrentar problemas estruturais, como infiltração e irregularidades na fiação elétrica. Após passar por duas sessões de reparo, a rede elétrica ainda apresenta problemas e pode não suportar a instalação de outros aparelhos. Além disso, as chuvas da época já deixam transparecer goteiras em alguns gabinetes, que persistiram mesmo após a reforma do telhado.



Ex-presidente, Júliio Pinheiro, disse que ganhou pintura da fachada; as obras orçadas em R\$ 115 mil incluem adequação de 8 gabinetes

AMM >>

Projetos deverão definir disputa

SISSY CAMBUIM Da Redação

Sem avanco nas negociações entre PMDB e PSD para a disputa da presidência da Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM), o prefeito de Alto Paraguai, Adair José Alves (PMDB) avalia que a disputa deve ser definida em torno dos projetos para a instituição. Ele concorre contra os prefeitos de Juscimeira, Valdecir Luiz Colle, o Chiquinho do Posto (PSD) e de Lucas do Rio Verde, Otaviano Pivetta (PDT).

Com 39 prefeitos eleitos pelo PSD, Chiquinho do Posto acumula o maior número de apoiadores, já que a sigla pretende votar unida. Já Pivetta, o prefeito mais rico do Brasil, tem a seu favor não só o poderio econômico, mas a base opo-

sicionista ao governo Silval Barbosa (PMDB).

"Não se trata de escolher quem é o mais rico ou quem tem o maior número, mas sim aquele que tem o melhor plano de ação para a AMM", defendeu o peemedebista. De acordo com ele, a instituição vive da arrecadação que sai dos municípios então, se sobressairá o candidato que apresentar aos prefeitos a melhor forma de devolver esses recursos às cidades.

Desta forma, Adair trabalha com base em três projetos principais. Um deles é manter a assessoria técnica aos municípios. O prefeito lembra que muitas cidades não têm capacidade de ter uma equipe técnica ampliada voltada para a elaboração de projetos e das informações e prestação de contas dos convênios junto aos órgão de controle.

Outra proposta do peemedebista é realizar um debate público e transparente com as instituições e a sociedade sobre o papel do bom gestor. "Os gestores públicos hoje, em geral, sofrem um grande desgaste que tem, inclusive, desanimado muitas pessoas sérias e honestas a entrarem na política", disse.

A médio prazo, ele destaca que a AMM precisa entrar na luta para rever o pacto federativo de distribuição da arrecadação.



Otaviano Pivetta (PDT) concorre pela presidência da Associação

Falta de profissionais preocupa

EDUCAÇÃO

SISSY CAMBUIM Da Redação

Faltando quatro semanas para o início do ano letivo, o secretário de Educação de Cuiabá, Gilberto Figueiredo, afirma que existe uma deficiência de profissionais concursados na pasta. A rede conta com cerca de 3 mil professores contratados, no entanto, com o início de uma nova gestão, os contratos devem ser rescindidos, podendo ser refeitos ou não. Para não prejudicar o início das aulas na rede municipal, que conta com 50 mil alunos, o secretário ressaltou que pretende acelerar as acões de seleção, contratação e atribuição de aulas aos professores.

Ele admite que, nesse primeiro momento, o Município ainda contará com um grande número de profissionais contratados. "Não existe hoje um estoque de profissionais concursados disponíveis para assumir as funções junto à Secretaria Municipal de Educação (SME)".

A idéia, segundo Figueiredo, é fazer um amplo levantamento e apresentar a proporção ao prefeito para a realização de um novo concurso público. "Temos que efetivar esses profissionais e investir maciçamente na educação continuada deles".

Apesar do aval do prefeito Mauro Mendes (PSB) para indicação de sua própria equipe na pasta, o secretario avalia que é bem provável que a maioria dos assessores seiam aproveitados. "A SME conta, hoje, com aproximadamente 50 mestres e doutores e mais de mil especialistas. "Vamos valorizar a competência desenvolvida na instituição e computar estes profissionais em melhores cargos".

Sua principal meta na pasta é a universalização do ensino infantil até 2016. Para Figueiredo, que integrou a equipe de transição de Mendes, não será difícil atingir esse objetivo contando com o empenho dos profissionais e a obsessão por melhores resultados.

Uma das promessas de campanha do prefeito foi a construção de 40 creches na Capital. De acordo com o secretário, 22 serão construídas ainda este ano e a expectativa é de que a meta seja cumprida bem antes do encerramento do mandato de Mendes.



Gilberto Figueiredo diz que pretende acelerar contratação de professores na rede municipal

Caso Empaer abre sessão do TRE

SISSY CAMBUIM Da Redação

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) retoma na próxima semana as sessões de julgamento. Entre as pautas da primeira sessão de 2013, volta à tona o Caso Empaer, relativo às eleições de 2010.

Na época, a coligação encabeçada pelo atual prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes (PSB) acionou a Justiça Eleitoral questionando a realização de uma reunião, do então candidato à reeleição, governador Silval Barbosa (PMDB), na qual servidores da Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) teriam sido convocados a participar.

A acusação sustenta que o Governo teria utilizado material público, como envio de memorandos nos computadores do Estado e carros da empresa para coagir os funcionários da Empaer a participar dos encontros políticos. Na época, a defesa argumentou que a reunião realizada no horário de expediente atendeu exclusivamente a fins públicos e que, somente após este período, na reunião marcada para às 18h, foram os servidores foram convidados a participar voluntariamente do encontro político.

A Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) pedia a cassação dos mandatos de Silval e do vi-

ce-governador, Chico Daltro

(PSD). Em julho do ano passado, o

peemedebista foi inocentado da acusação no Pleno do TRE por 5 votos a 1. Decisão da qual a acusação recorreu junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) onde ainda

Desmembrado, o caso volta à tona no TRE na sessão marcada para a próxima terça-feira (15). A ação tramita na Justiça Eleitoral de Mato Grosso desde setembro de 2010.

No TSE o caso segue sob tramitação e encontra-se no gabinete da relatora, a ministra Laurita Hilário Vaz desde o final de setembro do ano passado.

Outros três casos integram a pauta de julgamento desta primeira sessão de 2013.